

## **Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2014/CTPOAR/CNRH/MMA**

**Assunto:** Proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

### **1. Histórico**

**1.1.** A discussão de minuta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, entrou em pauta na 87ª Reunião da CTPOAR, realizada em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011.

**1.2.** A partir da 88ª Reunião, realizada em 06 e 07 de março de 2012, iniciou-se a discussão sobre a proposta de Resolução de usos de pouca expressão, inclusive com apresentações sobre o tema. A CTPOAR concluiu a proposta de Resolução em sua 97ª Reunião, ocorrida em 9 e 10 de dezembro de 2013. Após entrar na pauta de reunião da XXXI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 09 e 10 de junho de 2014, a proposta de Resolução retornou à CTPOAR para alguns ajustes finais, concluídos em 21/10/2014, durante a sua 103ª Reunião.

### **2. Análise**

**2.1.** Entre os considerandos da proposta de Resolução, destaca-se que a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu art. 12, § 1º, prevê a possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

**2.2.** Ainda de acordo com essa Lei, em seu art. 38, inciso V, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos os usos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com o domínio destes.

**2.3.** De forma a contemplar situações de bacias hidrográficas nas quais não existem comitês ou ainda não há definição dos usos de pouca expressão por parte destes, foi considerado que critérios específicos de vazões ou acumulações de água consideradas insignificantes poderão ser estabelecidos pela autoridade outorgante, conforme disposto na Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001, em seu art. 5º, parágrafo único.

**2.4.** Destaca-se ainda que a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, deve ser considerada para definição de acumulações relativas a barragens que independem de outorga.

**2.5.** O art. 1º da proposta de Resolução trata do objetivo desta, que é estabelecer diretrizes gerais para definição de captações, derivações, lançamentos e acumulações de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

**2.6.** Ainda o parágrafo único do art. 1º define que a autoridade outorgante deverá emitir declaração de regularidade de usos da água, que produzirá os mesmos efeitos legais da outorga de direito de uso de recursos hídricos, exceto a cobrança pelo seu uso, propiciando, dessa forma, benefícios para os usuários de recursos hídricos contemplados. Estes estarão, contudo, sujeitos às normas de fiscalização dos usos dos recursos hídricos, assim como as penalidades correspondentes, em caso de seu descumprimento, conforme definido no art. 13 da proposta de Resolução.

**2.7.** Os artigos 2º e 3º tratam da competência para definição dos critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, de acordo com os considerandos da proposta de Resolução, com destaque para o caráter de provisoriedade quando da definição desses critérios pelas autoridades outorgantes, na ausência de propostas de comitês de bacia hidrográfica.

**2.8.** O art. 4º estabelece a obrigatoriedade da observância das características hidrológicas, para corpos hídricos superficiais, e hidrogeológicas, para corpos hídricos subterrâneos, bem como das demandas existentes, para o estabelecimento de critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, evitando, dessa maneira, que aquíferos, bacias ou regiões hidrográficas com características hídricas muito distintas tenham os mesmos critérios estabelecidos.

**2.9.** O art. 5º estabelece a possibilidade do ente competente definir como critério específico de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, um percentual da referência volumétrica, para porção de aquífero, ou um percentual da vazão de referência, para corpos hídricos superficiais, como limite individual de uso de recursos hídricos de pouca expressão.

**2.10.** O art. 6º aponta que poderá ser ainda definido um limite percentual total de comprometimento do corpo hídrico para aplicação dos critérios específicos de usos de pouca expressão.

**2.11.** O art. 7º indica que, devido aos prejuízos advindos dos processos de eutrofização e a dificuldade de reversão do estado de eutrofização dos corpos hídricos, as cargas dos nutrientes fósforo e nitrogênio contidas nos efluentes lançados nesses corpos hídricos não poderão ser consideradas insignificantes. Dessa forma, para o possível lançamento dessas cargas nos corpos hídricos em processo de eutrofização ou eutrofizados será necessário o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos à autoridade outorgante.

**2.12.** Para bacias hidrográficas, corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, trechos ou porções deles considerados críticos, o art. 9º contempla a possibilidade de definição de novos critérios específicos para as vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes. Está na pauta de trabalho da CTPOAR/CNRH proposta de Resolução que estabelece diretrizes e procedimentos de

outorga de direito de uso de recursos hídricos em bacias e corpos hídricos críticos em termos de comprometimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

**2.13.** O art. 10 vem estabelecer que os usos de curta duração poderão ser considerados de pouca expressão, independentemente de outorga, após analisados os volumes demandados, o tempo de uso e o impacto sobre os outros usos estabelecidos, calculado no balanço hídrico pela autoridade outorgante.

**2.14.** O art. 11 trata de outras providências além das diretrizes para definição de vazões e acumulações de água de pouca expressão, conforme estabelecido na ementa desta proposta de Resolução. O artigo prevê a possibilidade da não exigibilidade da prévia autorização para diversas situações emergenciais de interesse público, sendo exigida, porém, prévia comunicação à autoridade outorgante, que deverá se manifestar sobre a adequabilidade da solução adotada e tomar as providências cabíveis. O artigo traz como exceção as captações com a finalidade de abastecimento público.

**2.15.** O art. 12 refere-se à necessidade de cadastramento dos usos de pouca expressão, estabelecendo que para alguns corpos hídricos a autoridade outorgante poderá utilizar metodologias alternativas ao cadastro.


**2.16.** A aprovação e publicação, por parte do CNRH, de Resolução que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, trará benefícios para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, com a desburocratização da regularização de usuários de recursos hídricos que independem de outorga sem perda da eficiência técnica e consequente aumento da eficiência da análise dos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

### **3. Conclusão**

**3.1.** A minuta de Resolução discutida e aprovada pela CTPOAR foi encaminhada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, recomendando sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer.

Em 29 de outubro de 2014.



**ELLEN KENIA K. PANTOJA**  
Presidente da CTPOAR